

BOAS PRÁTICAS



Universidades brasileiras contra o plágio

Campanhas, softwares e treinamento são utilizados por grandes instituições de ensino superior no país para coibir a cópia de trabalhos acadêmicos

Algumas das maiores universidades brasileiras se mobilizam para coibir o plágio em trabalhos acadêmicos de estudantes e professores. Em março, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) lançou uma campanha com peças publicitárias que exibem frases como “troquei seis por meia dúzia”, “proveitei só um pedacinho do texto” e “só usei uma vez essa imagem”. “São expressões frequentemente utilizadas pelos alunos para justificar a prática. Adotamos uma linguagem simples e direta para mostrar aos estudantes que plágio é crime”, diz José Ricardo Bergmann, vice-reitor da PUC-Rio. Ele explica que o esforço da instituição não se restringirá aos cartazes. “Até o final do ano, serão realizados seminários e debates para esclarecer dúvidas a partir de casos concretos.”

Para Bergmann, programas educativos devem ser o foco da estratégia para promover

a integridade científica, mas diz que é preciso se preparar para agir diante de problemas concretos. Ele ainda faz um alerta: “O plágio pode ser fruto de má-fé, mas muitas vezes ocorre por falta de preparo do aluno, que não sabe como fazer citações e referências nem compreende bem o conceito de autoria.”

Na Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, um estudante de mestrado da área de biologia também teve a dissertação cancelada, pois havia utilizado dados levantados por um colega de laboratório sem dar os créditos. “O aluno justificou que não sabia que estava cometendo plágio”, relata Carlos Gilberto Carlotti Junior, pró-reitor de Pós-graduação da USP. A universidade concede mais de 7 mil títulos de mestrado e doutorado por ano e, até recentemente, recorria a uma série de ferramentas e sites gratuitos para monitorar o plágio entre seus alunos.

No início do ano, a USP reforçou essa estratégia adquirindo o software Turnitin, criado em 1998 na Universidade da Califórnia, Berkeley, nos Estados Unidos. Utilizado em cerca de 5 mil instituições de ensino de 150 países, o programa gera um relatório que aponta o percentual de similaridade de determinado texto comparando-o com uma ampla base de dados composta por 62 bilhões de páginas da internet, 697 milhões de trabalhos produzidos por alunos e 175 milhões de monografias, livros e artigos científicos. Além de serviços pagos como o Turnitin e seu principal concorrente, o CheckForPlagiarism.net, existem softwares gratuitos, como o Plagiarism Detector e o Duplichecker. O Turnitin e o CheckForPlagiarism.net fazem varreduras não só em documentos disponíveis na internet, mas também em bases de dados próprias.

Na USP, a ferramenta Turnitin é gerenciada pelo Departamento Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi), que oferece o serviço aos professores credenciados na pós-graduação. “O uso do software busca ajudar o professor e complementar seus esforços para assegurar a qualidade de um trabalho acadêmico. É papel do orientador acompanhar o projeto do aluno e identificar falhas”, explica Carlotti.

SUBSTITUIÇÃO POR SINÔNIMOS

O programa é eficiente, mas não resolve sozinho o problema. Carlos Frederico de Oliveira Graeff, pró-reitor de Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (Unesp), instituição que também utiliza o software, adverte que o Turnitin tem limitações. “Por exemplo, trechos copiados de outro colega ou de livros que não estejam disponíveis na internet não podem ser detectados”, conta. Segundo ele, a intenção também é usar o Turnitin para embasar discussões em sala de aula. “Muitos alunos pensam que o plágio se limita a copiar um trecho de um texto sem dar créditos ao autor. Mas copiar um texto substituindo algumas palavras pelo sinônimo

também é plágio, como o software é capaz de apontar.”

Em 2015, a Turnitin divulgou uma pesquisa que realizou com 1.437 estudantes de ensino médio, graduação e pós-graduação de todos os continentes. Identificou-se que metade dos trabalhos acadêmicos verificados pelo software tinha mais de 50% de conteúdo não original. Recentemente, a Unesp fez um balanço do uso do Turnitin na instituição. Das 3 mil teses e dissertações defendidas em 2014, 23% continham algum trecho copiado sem dar crédito à fonte original. Esse percentual caiu para 13% em 2016. “Ao saberem que os trabalhos são submetidos a uma verificação, os alunos provavelmente estão pensando duas vezes antes de copiar”, supõe Graeff.

Há consenso entre especialistas e gestores acadêmicos de que

o problema tem origem no início da formação do aluno, sobretudo a partir do ensino médio. Resultados parciais de um estudo coordenado por Sonia Vasconcelos, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), publicado este ano nos Anais da Academia Brasileira de Ciências, incluiu uma pesquisa com 42 professores do ensino médio de biologia, química e física de um colégio federal no Rio de Janeiro. Os resultados mostram que, para 41% dos professores, os alunos não cometem plágio quando citam a fonte na bibliografia, mas copiam parte do texto sem fazer uso de aspas ou indicar que o trecho foi retirado de outra obra. Isso sugere, segundo o estudo, que boa parte dos professores tem dúvidas sobre o conceito de plágio. Observou-se ainda que 50% dos docentes entrevistados disseram que nunca ou raramente receberam orientações sobre plágio enquanto cursavam a graduação. A UFRJ é pioneira na criação de programas de integridade científica no Brasil (ver Pesquisa FAPESP nº 233) e em 2014 disponibilizou a utilização do Turnitin para detectar plágio em trabalhos de alunos. O software deixou de ser oferecido aos docentes devido a cortes no orçamento da instituição.

“Com o avanço das mídias digitais nas últimas décadas, o aluno que acaba de entrar na universidade infelizmente está bastante habituado a consultar o Google para fazer trabalhos escolares”, avalia Esper Cavalheiro, pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). “É preciso enfrentar esse problema desde cedo na escola, caso contrário a prática continuará causando problemas na graduação.” A universidade criou recentemente uma Comissão de Integridade Acadêmica, que, entre outras atividades, desenvolve programas educativos para combater o plágio. Um curso on-line para alunos de graduação e pós-graduação deverá ser oferecido em breve. “A ideia é que todo aluno que ingressar na Unifesp, especialmente aquele que acabou de deixar o ensino médio, seja obrigado a passar pelo treinamento”, informa Cavalheiro.



Um novo vocabulário para retratação

Um dos temas discutidos na 5ª Conferência Mundial sobre Integridade Científica, realizada entre os dias 28 e 31 de maio em Amsterdã, na Holanda, foi a necessidade de criar alternativas ao conceito de retratação, que é o cancelamento de artigos científicos após a sua publicação devido à descoberta de fraudes ou erros. O principal argumento a favor da mudança é que, hoje, erros cometidos de boa-fé acabam confundidos com casos de fraude e são estigmatizados, merecendo, por isso, uma nomenclatura à parte.

Um caso ocorrido em 2012 foi lembrado no evento. O matemático Richard Mann, da Universidade de Leeds, no Reino Unido, foi informado de que um artigo publicado por ele na revista *PLOS Computational Biology*, sobre o movimento coletivo de camarões-de-vidro, tinha falhas graves. Por um erro de codificação, Mann incluiu apenas um centésimo de seus dados na modelagem computacional. Durante o período em que esteve sob investigação, ele temeu que a retratação do *paper* pudesse ser associada à má conduta científica. “Fiquei preocupado e envergonhado com a repercussão pública”, disse durante a conferência.

Diferentemente de Mann, que teve a oportunidade de corrigir e republicar o trabalho, muitos outros pesquisadores que cometem erros não intencionais têm a carreira comprometida após precisarem retratar um artigo. “É preciso mudar o termo”, disse à revista *Science* Nicholas Steneck, diretor do programa de Ética e Integridade na Pesquisa da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos.

Já existem experiências nesse sentido. O *Embo Journal* adotou o termo “retratação parcial” para casos em que um erro menor identificado no artigo não

comprometa sua conclusão. Em 2015, a revista *JAMA Psychiatry* apresentou o conceito de “retratação e substituição”, para ensaios clínicos que apresentam erros generalizados, mas, uma vez corrigidos, ainda são relevantes. Em ambas as situações, o artigo não é removido da revista, mas ganha uma versão corrigida.

Há propostas mais abrangentes. Virginia Barbour, professora da Universidade de Tecnologia de Queensland, na Austrália, sugeriu em um artigo publicado em março no repositório bioRxiv a substituição do termo “retratação” por “alteração” – que seria acompanhado por uma das três seguintes categorias: não substancial, para erros menores, como de digitação; substancial, para o caso de haver erros em dados ou figuras, mas que não comprometem o trabalho como um todo; e completa, quando o artigo todo não é considerado confiável e precisa ser cancelado, corrigido e publicado novamente.

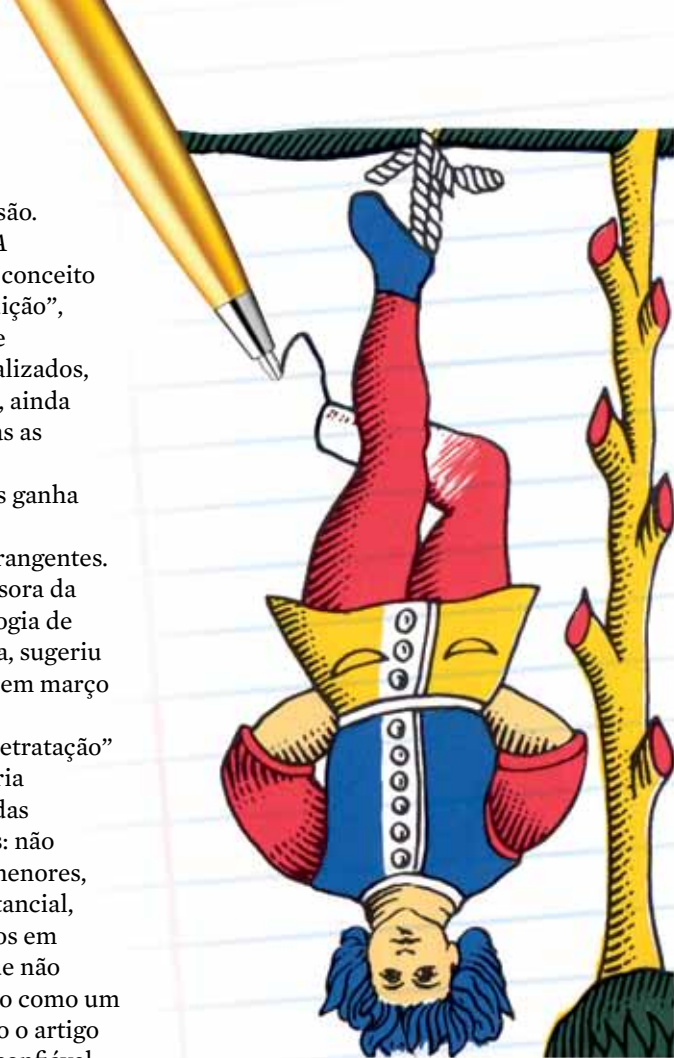


ILUSTRAÇÃO JÚLIA CHEREM RODRIGUES

L A Ç ã O

Pena de morte contra fraudes

O governo da China anunciou uma política radical para coibir fraudes em projetos financiados pela agência federal que fiscaliza e regulamenta alimentos e medicamentos no país, a CFDA. A partir de agora, pesquisadores que falsificarem dados de testes clínicos de remédios e tratamentos podem ser condenados a 10 anos de prisão ou, em casos extremos, até mesmo à pena de morte. A medida reflete a preocupação do governo ante o aumento dos casos de má conduta científica registrado nos últimos anos.

Um estudo publicado em abril na revista *Science and Engineering Ethics* sustenta que 40% dos artigos em ciências biomédicas publicados na China entre 2010 e 2015 apresentam evidências de má conduta. A legislação mais severa foi aprovada por um comitê de revisão da Suprema Corte chinesa, que criou uma nova interpretação do Código Penal do país.

A pena de morte poderá ser aplicada se a falsificação de dados em um estudo clínico causar danos à saúde da população.